Volume 25 Issue 30
Originally issued as G8



Global Journal of Human-Social Science: G
Linguistics & Education
Volume 25 Issue 8 Version 1.0 Year 2025
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Regulation of Access to Higher Education in Brazil: Bibliometric Analysis of Literature

By Zilka Sulamita Teixeira Maia & Wagner dos Santos

Abstract- The study sought to understand, through bibliographical research, how the debate in the scientific field regarding the regulation of access to higher education in Brazil between 1997 and 2017 was constituted. We mapped academic production based on the databases *Web of Science, Scopus and Scielo,* bibliometrically analyzing its impact, considering production and citation indicators. We point out the temporal distribution of articles and their impact and identify the journals most devoted to the topic.

Keywords: higher education, educational policies, regulation, access.

GJHSS-G Classification: LCC Code: LC2605.B6



Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2025. Zilka Sulamita Teixeira Maia & Wagner dos Santos. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Regulation of Access to Higher Education in Brazil: Bibliometric Analysis of Literature

Regulação do Acesso a Educação Superior no Brasil: Análise Bibliométrica da Literatura

Regulación del Acceso a la Educación Superior en Brasil: Análisis Bibliométrico de la Literatura

Zilka Sulamita Teixeira Maia [α] & Wagner dos Santos [σ]

Resumo- O estudo buscou compreender, por meio da pesquisa bibliográfica, como se constituiu o debate no campo científico referente à regulação do acesso à educação superior no Brasil entre 1997 e 2017. Mapeamos a produção acadêmica a partir das bases de dados *Web of Science, Scopus* e *Scielo*, analisando bibliometricamente seu impacto, tendo em vista os indicadores de produção e de citação. Apontamos a distribuição temporal dos artigos e seu impacto e identificamos os periódicos mais devotados ao tema.

Palavras-Chave: educação superior, políticas educacionais, regulação, acesso.

Resumen- El estudio buscó comprender, a través de una investigación bibliográfica, cómo se constituyó el debate en el campo científico sobre la regulación del acceso a la educación superior en Brasil entre 1997 y 2017. Mapeamos la producción académica a partir de las bases de datos *Web of Science, Scopus y Scielo,* analizando bibliometricamente su impacto, teniendo en cuenta indicadores de producción y citación. Señalamos la distribución temporal de los artículos y su impacto e identificamos las revistas más dedicadas al tema.

Palabras Clave: educación superior, políticas educativas, regulación, acceso.

Abstract- The study sought to understand, through bibliographical research, how the debate in the scientific field regarding the regulation of access to higher education in Brazil between 1997 and 2017 was constituted. We mapped academic production based on the databases *Web of Science, Scopus and Scielo,* bibliometrically analyzing its impact, considering production and citation indicators. We point out the temporal distribution of articles and their impact and identify the journals most devoted to the topic.

Keywords: higher education, educational policies, regulation, access.

I. Introdução

No Brasil, a educação deve ser vinculada ao mundo do trabalho, à prática social e organizada a partir do princípio da democratização do acesso e da permanência (Brasil, 1988). Contudo, uma análise das políticas educacionais promulgadas a partir da instituição da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (LDB), evidencia que tanto a determinação legal quanto sua implementação têm seguido diferentes projetos societários e educacionais que se relacionam em concorrência e em negociação em determinados períodos, segundo o jogo de forças dos diferentes grupos que detém hegemonia política e econômica.

Assim, a regulação estatal do Estado brasileiro assumiu diferentes formas ao longo dos anos, articulando-se com os distintos contextos, constituindo-se como o modo como são produzidas e aplicadas as políticas educacionais e à (re)ação dos diversos atores sociais às disposições estatais, e, também, como os processos de reajustamento decorrentes da diversidade de ações dos mais variados atores, que possuem posições e interesses distintos (Barroso, 2005).

Nessa perspectiva, asseveramos que historicamente as políticas educacionais se constituem como produto histórico de diversos projetos de educação e de sociedade em disputa, concorrência e negociação, os quais denotam estágios e configurações das formas de regulação que se sucedem, mas que, sobretudo, imbricam-se dialeticamente no tempo e no espaço.

Assim, na materialidade de projetos de educação e de sociedade concorrentes, as políticas educacionais devem ser analisadas tendo em vista seus fins proclamados e seus fins reais. Os proclamados indicam finalidades gerais enquanto as intenções últimas se inscrevem no campo do ideal, onde o consenso, a convergência de interesses é sempre possível. Os fins reais situam-se num plano diferente, onde se defrontam interesses antagônicos que determinam o curso da ação e as forças que controlam o processo (Saviani, 2003).

Por vezes, a implementação de uma política pode apresentar fins que mascararam as finalidades reais de sua implementação. No contexto deste estudo,

Author α: e-mail: zilkas.teixeira@gmail.com

© 2025 Global Journals

trazemos nossas considerações sobre a relação entre as políticas da última etapa da educação básica e da educação superior, defendendo a ideia de que para compreendermos as políticas do ensino médio precisamos compreender também a maneira como esta etapa se relaciona com o acesso à educação superior e vice-versa.

No que diz respeito ao ensino médio, as políticas foram constituindo diferentes formas de regulação do Estado brasileiro, trazendo consequências na função social do papel do ensino médio como mediação da consolidação do ensino fundamental, mas, também, na constituição do acesso à educação superior. No tocante à educação superior, além das assimetrias entre as demandas por educação superior em quantidade e qualidade, mecanismos de segregação e de exclusão operam, de um lado, garantindo certa exclusividade aos cursos de destaque das melhores universidades para determinados setores e grupos, e de outro, preservando importantes espaços de um mercado do ensino superior privado que viceja, predominantemente, em que a oferta pública de qualidade é escassa e ou inacessível.

Fixamos como marcos temporais os anos de 1997 e 2017 em razão de duas importantes políticas implementadas no ensino médio, que, a nosso ver, possuem finalidades reais relacionadas ao direcionamento de percursos formativos distintos, segundo as diferentes classes sociais, assegurando a dualidade no processo formativo com recorte de classe – para uma parte da população, a educação profissional até o nível médio, e, para outra, a educação superior –, enquanto proclamam como finalidade a implementação de currículos voltados à realidade e aos interesses dos estudantes. No âmbito curricular, o Decreto nº 2208/1997 determinou a proibição da oferta da educação profissional com o ensino médio na mesma unidade escolar e com a mesma matrícula, apequenando a educação profissional. A Lei nº 13.415/2017 instituiu a última reforma do ensino médio, que regulamentou a estruturação de itinerários formativos conforme capacidade de oferta dos sistemas de ensino.

Diante dessa problemática, emergiu a questão de investigação que norteou nossas escolhas teórico-metodológicas, a saber: como tem se constituído o debate na produção científica disponibilizada nas bases de dados *Web Of Science, Scopus* e *Scielo*, entre 1997 e 2017, acerca das reformas do ensino médio, da regulação educacional e do acesso à educação superior? Assim, desenvolvemos essa pesquisa, buscando compreender como se constituiu o debate no campo científico referente à regulação do acesso à educação superior no Brasil entre 1997 e 2017, mapeando a produção acadêmica a partir das bases de dados *Web Of Science, Scopus* e *Scielo* e analisando de forma bibliométrica seu impacto.

Como resultados da revisão bibliométrica da literatura, apresentamos um corpus documental composto por 28 artigos produzidos por 34 autores (brasileiros e estrangeiros) e publicados por 7 periódicos devotados ao tema (Educação e Sociedade; Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior; Higher Education; Actualidades Investigativas en Educación; Race Ethnicity and Education; Revista Brasileira de Educação; e, Revista Lusófona de Educação).

II. Teoria

A ciência produz ideias, comunicações e reações dos outros pesquisadores diante do que foi comunicado, constituindo-se histórica e socialmente. O avanço científico do século XX, expresso no crescente volume de produção acadêmica, evidencia que as publicações têm se consolidado como importante meio para que a informação se torne acessível para a comunidade científica (Macias-Chapula, 1998).

Nesse contexto, emergiram metodologias e procedimentos de avaliação do ascendente incremento da pesquisa e de seus resultados. Assim, o uso de métodos quantitativos, que compõem o conjunto de conhecimentos relacionados à avaliação da informação e da ciência produzida, especialmente a partir de procedimentos matemáticos, estatísticos e computacionais tem crescido, inclusive, em campos em que anteriormente estes não eram empregados dado a natureza dos objetos de estudo (Oliveira, 2018).

Nesse bojo, tomamos a bibliometria[1] como "[...] ferramenta que permite observar o estado da ciência" presente no acumulado da produção da literatura científica em um determinado nível de especificação (Macias-Chapula, 1998, p. 135). Elegemos este método como parte da estratégia de estudo bibliográfico do nosso objeto de pesquisa, pois consideramos que sua aplicação nos permitirá analisar e elaborar indicadores referentes à produção científica de um determinado campo, instituição e países.

Os indicadores bibliométricos foram eleitos em razão de tornarem-se parâmetros para medir a atividade da pesquisa. No caso em tela, esses procedimentos postos em ação contribuíram para elucidar aspectos relevantes da produção acadêmica que debate direta ou indiretamente a regulação do acesso à educação superior no Brasil.

[1] A origem do termo bibliometria é controversa. Em 1934, Paul Otlet utilizou o termo esclarecendo que a medida é uma forma superior assumida pelo conhecimento em qualquer área e que "[...] existem razões para constituir em um conjunto coordenado as medidas relativas ao livro e ao documento: a bibliometria" (Otlet, 1934, p. 17). Em 1969, Pritchard afirmou que empreendeu uma pesquisa intensiva da literatura, que não revelou qualquer uso anterior do termo bibliometria, definindo-a, assim, como a "[...] aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação" (Pritchard, 1969, p. 349). Neste trabalho, nos preocupamos com a aplicação do que preconizam as leis bibliométricas em detrimento à origem e/ou autoria do termo.

© 2025 Global Journals

Por meio dos indicadores é possível compreender e situar a produção científica sobre um determinado assunto, estabelecer relações dessa produção de um país com o mundo, de uma instituição em relação a seu país, de pesquisadores em relação às suas próprias comunidades científicas. Isso contribui para evidenciar o impacto da pesquisa na própria ciência, contribuindo, assim, no processo de compreensão dos objetos e objetivos das pesquisas, da organização da comunidade científica, denotando o impacto social, político e econômico da produção científica (Santos; Kobaschi, 2008).

Optamos pela aplicação das leis bibliométricas da produtividade científica de autores proposta por Alfred James Lotka em 1926, bem como da lei da produtividade de periódicos, desenvolvida por Samuel Clement Bradford em 1934; e, ainda, de outras elaborações, quais sejam: as leis do elitismo e do crescimento exponencial da ciência, desenvolvida por Solla Price (1963 apud Braga, 1974); o índice h, elaborado por Hirsch (2005); e o fator de impacto de periódicos, proposto por Garfield (1994).

Como Kobashi e Santos (2008, p. 108), reconhecemos que o "[...] conhecimento qualitativo pode ser objetivado por relações quantificadas, provindas da aplicação de técnicas bibliométricas" e, portanto, um conhecimento não elimina dados quantitativos, pois o tomamos como meio para compreender e explicar objetos. Lado outro, entendemos que os números devem ser analisados em correlação com o comportamento da ciência, a partir de indicadores, "[...] por meio de análises epistemológicas, históricas e sociais, do contexto onde nasceram" (Oliveira, 2018, p. 23).

Nessas bases, caracterizamos este estudo como de natureza descritiva, em relação aos seus objetivos, uma vez que viabiliza a descrição das características do objeto estudado, proporcionando condições favoráveis ao estabelecimento de relações entre variáveis. No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material já elaborado (Michel, 2008).

No que diz respeito aos métodos empregados, baseamos nas recomendações do protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (Prisma), que estabelece etapas na execução das revisões, quais sejam: 1) perguntar e estabelecer questões de investigação claras; 2) desenvolver um protocolo de todas as fases da revisão, contendo os métodos a serem empregados; 3) identificar os estudos mais relevantes a partir do protocolo estabelecido (optamos pelo *check list* Prisma com diagrama de fluxo para identificar, selecionar, eleger e incluir os artigos); 4) avaliar a produção mapeada; 5) colecionar dados usando ferramentas que minimizem os erros durante a transcrição dos resultados; e 6) sintetizar os dados, organizando e analisando os resultados, fazendo emergir algo novo a partir dos elementos separados (Gough; Oliver; Thomas, 2017).

III. Método

Operacionalizamos as buscas nas bases de dados *Web Of Science*, *Scopus* e *Scielo*, tendo em vista sua relevância atribuída nos critérios estabelecidos para classificação dos periódicos da área 38 – Educação nos estratos mais elevados, segundo Relatório do Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), publicado no ano de 2019 (A1, A2, A3 e A4). Tomando por base uma relação de parâmetros previamente configurados, dentre outros critérios, o documento estabelece que, para ser classificado com Qualis A1, o periódico deve estar presente em, pelo menos, quatro bases de dados, sendo obrigatória a presença em uma das seguintes bases, *Scielo* BR, *Scopus*, *JCR/Web Of Science*. A classificação A2 requer que o periódico esteja presente em quatro (4) indexadores, sendo, obrigatória a presença em pelo menos um dos seguintes: *Educ@*, *Scielo* BR, *Scopus*, *JCR/Web Of Science.* As classificações A3 e A4 requerem presença do periódico em pelo menos quatro bases indexadas e obrigatoriamente, em dois (para classificação A3) ou um (para classificação A4) dos seguintes, *Educ@, Scielo* BR, *Scopus*, *Redalyc*, *DOAJ*, *Iresie*, *BBE*, *Latindex*, *Index Copernicus* e *Clase* (Brasil, 2019).

Estabelecemos três descritores de busca: "reformas do ensino médio", "regulação" e "acesso à educação superior" em língua inglesa, por se tratar de bases (indexadores) internacionais. Procuramos os descritores nos títulos, resumos e palavras-chave. Fixamos o período entre 1997 e 2017.

Efetuamos as buscas nas bases selecionadas a partir do Portal de Periódicos da Capes, acessando institucionalmente e de forma remota cada uma das bases, a partir da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Todo esse processo ocorreu na segunda quinzena de julho de 2020. Ademais, as buscas foram realizadas seguindo os mesmos parâmetros em cada base de dados.

Na base de dados *Web Of Science*, elencando tipos de documento, artigos; tempo estipulado no período de 1997 a 2017; e selecionamos os tópicos: títulos, resumos, palavras-chave, palavras-chave extras, além das categorias específicas da base (*Education Educational Research* e *Multidisciplinary Sciences*). Na base de dados *Scopus*, selecionamos o tipo de documento, artigo; o período, de1997 a 2017; buscando nos tópicos: títulos, resumos e palavras-chave; áreas de estudo (ciências sociais) e título da fonte (periódicos da educação). Na base de dados *Scielo*, tomamos elementos como: tipo de documento, artigos; tempo estipulado (1997 a 2017), tendo em vista a busca dos tópicos: títulos, resumos e palavras-chave;

© 2025 Global Journals

Scielo Áreas Temáticas – Ciências Sociais Aplicadas em periódicos da educação.

Os artigos encontrados foram exportados para o gerenciador de bibliografias *EndNote Online*, a partir do qual procedemos a exclusão dos duplicados e uma seleção prévia a partir dos títulos e, posteriormente, exportamos para o *Microsoft Excel*, onde organizamos a planilha principal que deu origem aos quadros e gráficos. A planilha contém: base de dados, descritor, filtros efetuados, número de artigos após aplicação dos filtros, refinamentos aplicados, título dos artigos, primeiro autor, país de atuação do primeiro autor, segundo autor, país de atuação do segundo autor, terceiro autor, país de atuação do terceiro autor, quarto autor, país de atuação do quarto autor, periódico, país de origem do periódico, ano de publicação, citações no *Google Scholar*, palavras-chave e resumo. O número de citações dos artigos foi verificado em março de 2024.

Para elaboração de indicadores bibliométricos, buscamos as citações dos artigos no *Google Scholar* em razão do não fornecimento desse indicador nas três bases pesquisadas e visando a uniformidade da base em que o indicador foi apurado. Para levantamento dos dados sobre os periódicos, analisamos seus *websites* e o Qualis-Capes na Plataforma Sucupira (triênio 2013-2016). Para identificação do país de origem dos autores, procedemos à pesquisa nas bases *Web Of Science* e *Scopus.*

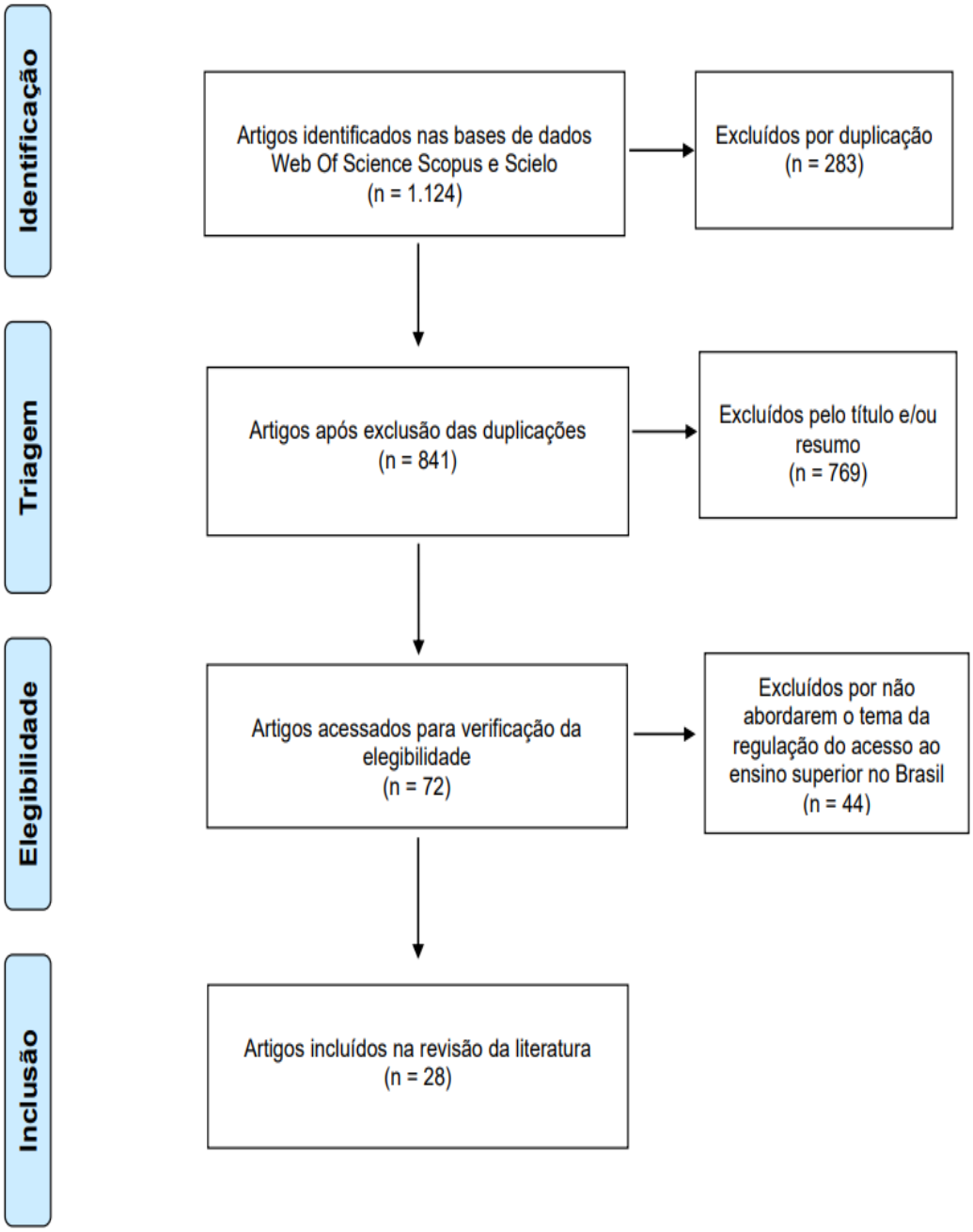
Esses registros também foram inseridos em uma planilha no *Microsoft Excel*, onde todas as etapas, métodos e resultados foram informados conforme protocolo Prisma, evidenciando o fluxo próprio do método. A redação descritiva de todas as etapas foi elaborada no editor de texto *Microsoft Word.*

IV. Resultados e Análises

A busca na base de dados *Web Of Science* resultou em 271 artigos encontrados, dos quais três foram incluídos; na base de dados *Scopus*, os números foram 516 e quatro, respectivamente; enquanto na base da *Scielo,* foram 337 encontradas e 21 incluídos. Os resultados, segundo os descritores de busca, evidenciam que, a partir do descritor "reforma do ensino médio" foram encontrados 127 artigos nas três bases, dos quais sete foram incluídos na pesquisa; com o descritor "regulação" encontramos 113 artigos e cinco incluídos na revisão; e com o descritor "acesso à educação superior", encontramos 917 artigos nas três bases e incluímos 16 deles.

Assim, foram identificados 1.124 artigos inicialmente. Em seguida, procedemos à exclusão dos duplicados (283 exclusões); efetuamos a triagem nos 841 artigos restantes, analisando títulos e resumos para selecionar apenas aqueles que tinham relação com o nosso objeto, resultando na exclusão de 769 artigos. Por fim, acessamos 72 artigos para averiguação da elegibilidade com dois autores e, dentre eles, identificamos que a temática principal de 44 não se relacionava com nosso objeto ou não analisavam o contexto da educação brasileira, o que gerou sua exclusão. Esse processo resultou em 28 artigos incluídos, como apresentamos na Figura 1.

© 2025 Global Journals



Fonte: Elaboração própria.

Figura 1: Diagrama de fluxo Prisma

V. Fluxo e Impacto da Produção Mapeada

O *corpus* documental compõe-se de 28 trabalhos publicados entre 2003 e 2017. Destes, 16 artigos abordam o acesso à educação superior, 5 tratam da regulação estatal das políticas educacionais e 7 analisam as reformas do ensino médio, conforme Quadro 1.

© 2025 Global Journals

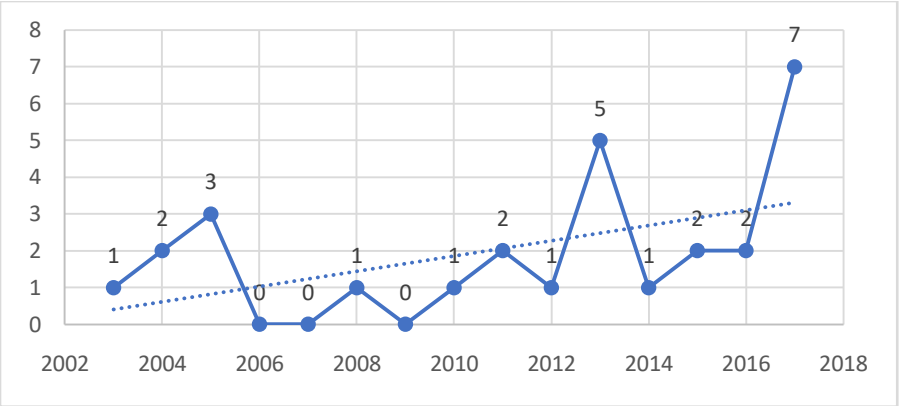
Quadro 1: Artigos mapeados

Título	Autoria	Ano
O ensino superior no octênio FHC	Luís Antonio Cunha	2003
Expansion without equity: An analysis of current policy on access to higher education in Brazil	McCowan	2004
O acesso à educação superior no Brasil	Pinto	2004
O Estado, a educação e regulação das políticas	Barroso	2005
Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?	Krawczyk	2005
Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990	Zibas	2005
Regulação estatal versus cultura de endosso institucional?	Sguissardi	2008
Políticas curriculares, Estado e regulação	Hypolito	2010
O acesso ao ensino superior no contexto da globalização: Os casos do Brasil e de Portugal	Jezine e Cabrito	2011
As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização	Silva Júnior; Lucena; Ferreira	2011
Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil	Almeida; Marinho-Araujo; Amaral; Dias	2012
Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão	Martins Silva; Veloso	2013
Educação superior: bem público, equidade e democratização	Sobrinho	2013
Expanding opportunities in higher education or democratization ?: Four experiences in Latin America	Chiroleu	2013
Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras	Lima	2013
Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior	Sguissardi	2013
Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010	Mont'Alvão Neto	2014
Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades	Barros	2015
Ensino médio: unitário ou multiforme?	Nosella	2015
Equity of access to higher education in the context of South–South cooperation in Latin America: a pluriscalar analysis	Muhr	2016
Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI	Pochmann; Ferreira	2016
Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década	Paula	2017
A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso	Ferreira	2017
Ensino médio: Atalho para o passado	Cunha	2017
Massificar sem democratizar: o excesso que oprimi	Pina	2017
The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil	Valente	2017
Por que a emergência da reforma do ensino médio? Medida provisória n. 746/2016 (Lei nº 13.415 / 2017)	Motta; Frigotto	2017
Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível	Kuenzer	2017

Fonte: Elaboração própria.

Para compreender o fluxo das produções mapeadas, tendo em vista a distribuição temporal das publicações e o impacto causado por elas no meio científico, elaboramos gráficos que mostram a distribuição temporal dos artigos (Gráfico 1), considerando exclusivamente a quantidade de artigos por ano; e o impacto dessas produções (Gráfico 2), considerando as citações recebidas por ano.

© 2025 Global Journals



Fonte: Elaboração própria.

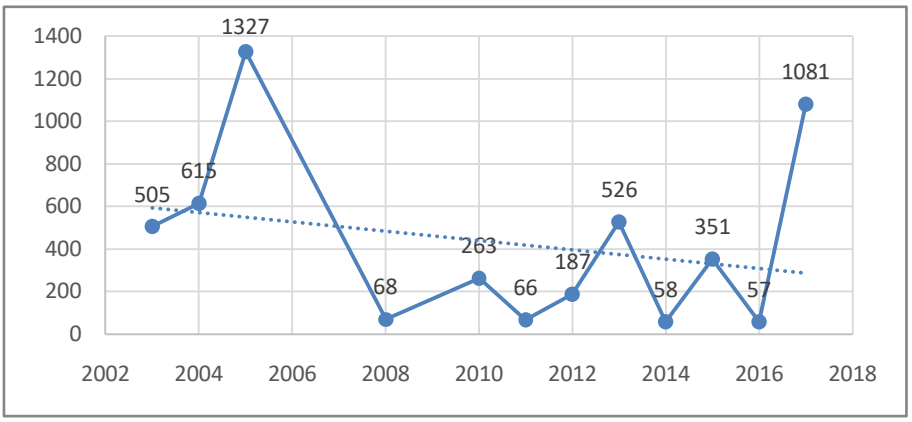
Gráfico 1: Distribuição temporal dos artigos mapeados

A produção mapeada está concentrada entre 2003 e 2017, com ascendência nos três primeiros anos e picos de crescimento em 2013 e em 2017, que se justificam quando analisamos o objeto dos artigos e o contexto de reformas em que foram produzidos.

Nesse sentido, destacam-se: a Lei nº 12.711/2012, que estabeleceu que as instituições federais de educação superior reservassem no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas nos cursos de graduação para estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, por concurso, curso e turno; a Medida Provisória nº 746/2016, que propôs a reformulação do ensino médio; o Projeto de Lei de Conversão nº 34/2016, que propôs alterar o ensino médio e a regulamentação do Fundeb, instituindo política de fomento à implementação de escolas em tempo integral; e a Lei nº 13.415/2017, que alterou as Leis nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, e o Decreto-Lei nº 236/1967; além de revogar a Lei nº 11.161/2005; e instituir a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Desse modo, inferimos que a constituição desses dispositivos legais provocou a reação da comunidade científica, que os analisou e publicou suas pesquisas acerca do acesso à educação superior (todos os artigos de 2013 tratam da temática) e das mudanças no ensino médio (todos os artigos de 2017 abordam a reforma).

O impacto das produções do período se apresenta no gráfico 2, que indica 2005 como sendo o ano com maior número de citações dos artigos mapeados (1327), seguido por 2017 (1081) e 2004 (615).



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2: Impacto temporal da produção

As pesquisas publicadas em 2005 abordaram a relação entre o Estado, a educação e regulação das políticas educacionais (Barroso, 2005); as políticas de regulação e mercantilização da educação num contexto de socialização para nova cidadania (Krawczyk, 2005); e, os desdobramentos das políticas reformadoras do ensino médio implementadas nos anos de 1990 (Zibas, 2005). Um ano antes foi implementado o Decreto nº

© 2025 Global Journals

5154/2004, que regulamentou a articulação entre o ensino médio e a educação profissional, alterando o que estava posto no Decreto nº 2208/1997, que regulamentou a desarticulação entre o ensino propedêutico e a educação profissional; e pela Resolução CNE/CEB nº 3/1998, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio nesses moldes.

As produções publicadas em 2017 abordam fundamentalmente questões relativas à reforma do ensino médio promovida pela Lei nº 13.415/2017 e sua constituição a partir da Medida Provisória nº 746/2016 e a as questões da expansão e democratização da educação superior brasileira.

Motta e Frigotto (2017) criticam a emergência da Medida Provisória que embasou a reformo promulgada posteriormente; Ferreira (2017) analisa reforma do ensino médio no contexto da crise política, econômica e social brasileira; Cunha (2017) considera a reforma retrógrada, um atalho para o passado, referindo-se à profissionalização compulsória regulamentada em 1971; e, Kuenzer (2017) considera flexibilização do ensino médio uma característica própria do regime de acumulação flexível.

Por outro lado, Pina (2017) problematiza a massificação da educação superior num contexto opressão e não de democratização; e, Valente (2017) analisa os efeitos de raça e classe no ingresso universitário no Brasil.

Em 2004 foram feitas publicações relativas ao acesso à educação superior (Pinto, 2004) e referente à expansão sem equidade (McCowan, 2004). Segundo Pinto (2204), apesar dos indicadores educacionais evidenciarem a expansão da educação superior, os resultados desse processo indicam elitização do perfil dos alunos fundamentalmente nos mais concorridos e nas instituições privadas; o autor alerta que a presença de afrodescendentes e de pobres ainda permanece aquém das demandas sociais do Brasil.

Para McCowan (2004), o acesso à educação superior privada se deu com apoio do Banco Mundial. Tal expansão, entretanto, não assegurou condições igualitárias de acesso, servindo como "[...] instrumento de reprodução de desigualdades devido à relação entre os custos dos cursos e o valor real do diploma [...]" (McCowan, 2004).

A análise do impacto das produções, indicou que o primeiro triênio (2003-2005) possui seis artigos e 2.447 citações recebidas, representando 48% do total (5.104) das citações de todo o *corpus* documental desta pesquisa. Ao mesmo tempo, em quantidade, o referido triênio representa 21% do total de artigos mapeados. Associamos esse movimento à credibilidade que determinados autores possuem em seu campo de atuação. Nesse sentido, observamos que as produções dos anos de 2003, 2004 e 2005 foram publicadas por autores que detém o reconhecimento da comunidade acadêmica e possuem numerosas publicações envolvendo o seu objeto de pesquisa, tornando-os referência em seu campo de atuação[2].

A análise combinada dos gráficos evidencia o crescimento em número de artigos ao longo do tempo, indicando que os primeiros artigos são os de maior impacto. Consideramos que esse fenômeno pode ser explicado tendo em vista a época de publicação dos artigos e o impacto que causaram no decorrer dos anos, relacionando-se, sobretudo, com a preconização da lei do crescimento exponencial[3], proposta por Solla Prince (1963), segundo a qual o tamanho da ciência dobra tanto em quantidade de cientistas como em número de publicações a cada período de dez a quinze anos.

Nomeadamente no que se refere à constituição do campo das políticas educacionais, creditamos seu crescimento ao aumento do financiamento público federal para implementação dessas políticas (Lobo; Ximenes, 2020), o que parece ter acordado o interesse dos pesquisadores e gerado um aumento no número de publicações. Ademais, houve uma evolução quantitativa da pós-graduação *strictu senso* a partir do ano 2000 (Cirani; Campanaro; Silva, 2015).

A organização dos artigos em ordem decrescente, segundo citações recebidas, possibilitou encontrar o núcleo h da revisão, que é igual a 21, tendo em vista que 21 é o número de artigos que possuem 28 (número total de produções que compõem o *corpus* documental) ou mais citações, conforme preconiza Hirsch (2005).

A maior parte dos artigos desse núcleo, estabelecido a partir do índice h, aborda o acesso à educação superior (11 artigos) e a regulação educacional (4), sendo que o mais citado analisa a

[2] Segundo as plataformas *Lattes* e *Researchgate*, João Barroso é um importante pesquisador da regulação educacional; Luiz A. Cunha se dedicou a pesquisar as reformas do ensino médio e do ensino superior; João R. M. Pinto tem se dedicado aos estudos sobre política e gestão educacional com ênfase em financiamento da educação; T. McCowan pesquisa a questão da equidade no ensino superior; N. R. Krawczyk dedica-se aos estudos sobre políticas educacionais na América Latina; e D. M. L. Zibas consolidou-se como pesquisadora do ensino médio.

[3] Segundo essa lei, o crescimento de áreas gerais é exponencial, enquanto o de subáreas, após uma fase exponencial, torna-se linear. O fator exponencial faz com que a literatura dobre de volume num período aproximado de dez a quinze anos, sendo pouco afetado por pressões externas. Assim, apesar das unidades de medidas variarem, chega-se a três conclusões fundamentais. A primeira é que todas as curvas de crescimento tem aproximadamente o mesmo padrão, independentemente dos parâmetros utilizados; a segunda é que a curva é sempre exponencial, o desenvolvimento dos organismos tende a se relacionar às suas magnitudes, quanto maiores se tornam mais rapidamente se expandem; e a terceira é que a constante obtida, em um intervalo entre dez e quinze anos, gera o efeito de dobrar os dados iniciais, comparativamente o número de cientistas e documentos científicos torna-se dez vezes maior no mesmo período de tempo em que a população mundial dobra (Braga, 1974).

© 2025 Global Journals

evolução da intervenção do Estado na educação no quadro das transformações que ocorrem na regulação das políticas e da ação públicas em diferentes países, conforme gráfico 3.

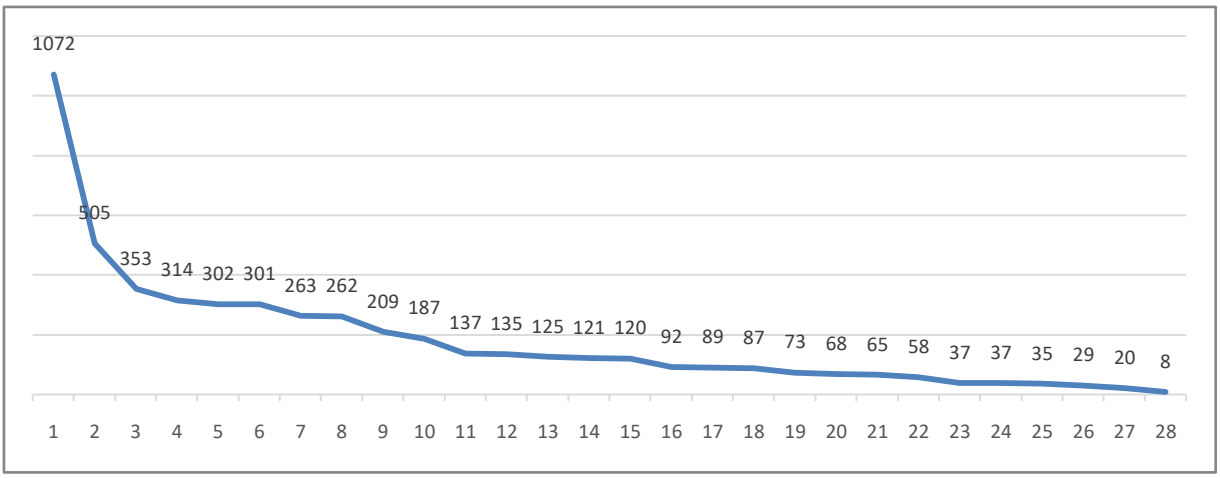


Gráfico 3: Impacto temporal da produção

Legenda:

1. O Estado, a educação e regulação das políticas. Autoria: J. Barroso.
2. O ensino superior no octênio FHC. Autoria: L. A. Cunha.
3. Por que a emergência da reforma do ensino médio? Medida provisória n. 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Autoria: V. C da Motta; e, G. Frigotto.
4. O acesso à educação superior no Brasil. Autoria: J. M. de R. Pinto.
5. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. Autoria: A. Z. Kuenzer.
6. Expansão sem equidade: uma análise da política atual de acesso ao ensino superior no Brasil Autoria: T. McCowan.
7. Políticas curriculares, Estado e regulação. Autoria: A. M. Hypólito.
8. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. Autoria: A. da S. X. Barros.
9. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Autoria: J. Dias Sobrinho.
10. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. Autoria: L. Almeida; C. M. Marinho-Araujo; A. Amaral; D. Dias.
11. Ensino médio: Atalho para o passado. Autoria: L. A. Cunha.
12. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? Autoria: N. R. Krawczyk.
13. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Autoria: M. de F. C. de Paula.
14. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. Autoria: V. Sguissardi.
15. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. Autoria: D. M. L. Zibas.
16. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. Autoria: P. G. Lima.
17. Ensino médio: unitário ou multiforme? Autoria: P. Nosella.
18. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. Autoria: M. das G. Martins Silva; T. C. M. A. Veloso.
19. Expansão de oportunidades no ensino superior ou democratização? Quatro experiências na América Latina. Autoria: A. Chiroleu.
20. Regulação estatal versus cultura de endosso institucional? Autoria: V. Sguissardi.
21. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. Autoria: V. Sguissardi.
22. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. Autoria: A. L. Mont'Alvão Neto.
23. O acesso ao ensino superior no contexto da globalização: Os casos do Brasil e de Portugal. Autoria: E. Jezine; V. L. Jacob Chaves; B. Gil Cabrito.
24. Equidade de acesso ao ensino superior no contexto da cooperação Sul-Sul na América Latina: uma análise pluriescalar. Autoria: T. Muhr.
25. O círculo vicioso: efeitos da raça e da classe na entrada da universidade no Brasil. Autoria: R. R, Valente.
26. As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização. Autoria: J. dos R. Silva Júnior; C. Lucena; L. R. Ferreira.

© 2025 Global Journals

27. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. Autoria: M. Pochmann; e, E. B. Ferreira.
28. Massificar sem democratizar: o excesso que oprime. Autoria: K. V. Pina.Fonte: Elaboração própria.

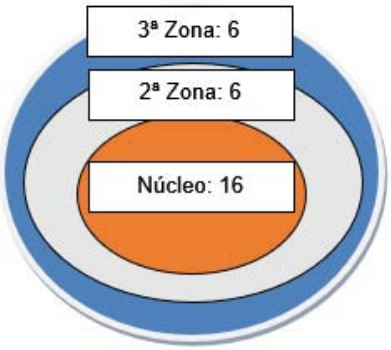
A análise dos artigos em ordem decrescente das citações recebidas mostra que o primeiro quartil (os primeiros sete artigos com maior número de citações) abordam a regulação das políticas educacionais (2 artigos), o acesso ao ensino superior (2 artigos) e as reformas do ensino médio (3 artigos). Nos trabalhos os autores trazem uma análise crítica das políticas educacionais que têm sido constituídas no bojo dos ideais e referências neoliberais e defendem o acesso democrático à escola/educação superior pública.

VI. Classificação dos Periódicos

Os trabalhos mapeados foram publicados por sete periódicos, sendo três brasileiros (Educação e Sociedade, Revista de Avaliação da Educação Superior e Revista Brasileira de Educação) e quatro estrangeiros (*Actualidades Investigativas en Educación*, *Higher Education*, *Race Ethnicity and Education* e Revista Lusófona de Educação). As publicações dos periódicos brasileiros representam 82,14% do universo mapeado (23 artigos); seguidas das publicações feitas por periódicos da Alemanha, com 7,14% da produção (2 artigos); e da Inglaterra, Costa Rica e Portugal com 3,57% (1 artigo) cada.

O predomínio dos periódicos brasileiros se justifica tendo em vista os procedimentos do protocolo Prisma, nos quais excluímos os trabalhos que não analisavam o contexto brasileiro de forma mais direta.

Adotando os preceitos da lei da dispersão do conhecimento científico, formulada por Bradford (1934)[4] estabelecemos três zonas (um núcleo central e duas zonas periféricas), definindo o número de artigos de cada zona a partir do cálculo de um terço (9,3) do universo dos artigos mapeados (28) para cada uma, conforme apresentamos na figura 2 que exibe o "core" da produção acerca do tema pesquisado. Organizamos os periódicos em ordem decrescente de produtividade e os distribuímos[5].



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2: Diagrama de fluxo Prisma

Essa distribuição dos artigos em zonas nos deu os periódicos Higher Education; Actualidades Investigativas en Educación; Race Ethnicity and Education; Revista Brasileira de Educação; e, Revista Lusófona de Educação na terceira zona periférica com 6 artigos e 537 citações. O periódico Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior foi alocado na segunda zona periférica, que possui 6 artigos e 768 citações. No núcleo central, encontramos o periódico mais publicações sobre o tema, Educação e Sociedade, com 16 artigos e 3.764 citações recebidas.

O núcleo central possui 57% do número total de artigos e 74% do total de citações recebidas pelos artigos da revisão. Criado em 1978, o periódico Educação e Sociedade é uma publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes, que possui classificação Qualis/Capes A1 e fator de impacto[6] igual a 0.1218 no ano-base 2019, considerando um período de três anos. Esse periódico dedica-se às pesquisas acadêmicas sobre a educação nos diversos prismas de sua relação com a sociedade. Entre 1978 e 2024 publicou 151 edições, ininterruptamente, cada uma com uma média de 40 artigos, possuindo acervo de pesquisas com análises e informações referentes ao debate no campo educacional, fontes teóricas e experiências pedagógicas, conforme dados informados no sítio do periódico sobre seu escopo.

Os artigos dessa zona concentram, fundamentalmente, análises críticas sobre as reformas

[4] A lei Bradford (1934), ou lei da produtividade dos periódicos, determina que se periódicos científicos forem dispostos em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre um determinado tema, pode-se distinguir um núcleo de periódicos mais particularmente devotado a este tema e vários grupos ou zonas que incluem o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos existentes no núcleo e nas zonas sucessivas (Bradford, 1961). Assim, a organização de uma coleção de periódicos em ordem de produtividade decrescente significativa sobre um determinado tema fará emergir três zonas, cada uma com 1/3 do número total de artigos relevantes: a primeira conterá o "core" daquele assunto, um pequeno número de periódicos altamente produtivos; a segunda, um número maior de periódicos menos produtivos; e a terceira zona inclui ainda mais periódicos com menos produtividade (Araújo, 2006).

[5] Na impossibilidade de considerar metade de um artigo ou parte dos artigos de um mesmo periódico, a distribuição foi feita preservando o periódico do núcleo central e distribuindo os demais segundo citações recebidas.

[6] Garfield (1994) elegeu o fator de impacto como instrumento como meio de classificar e avaliar os periódicos inseridos na base de dados bibliográficos *Science Citation Index* (SCI), da qual fora criador, assim, o valor do fator de impacto é obtido a partir da divisão do número total de citações dos artigos do periódico, acumulados nos últimos dois anos, pelo número total de artigos publicados (acumulados) pela revista no mesmo período (Garfield, 1994).

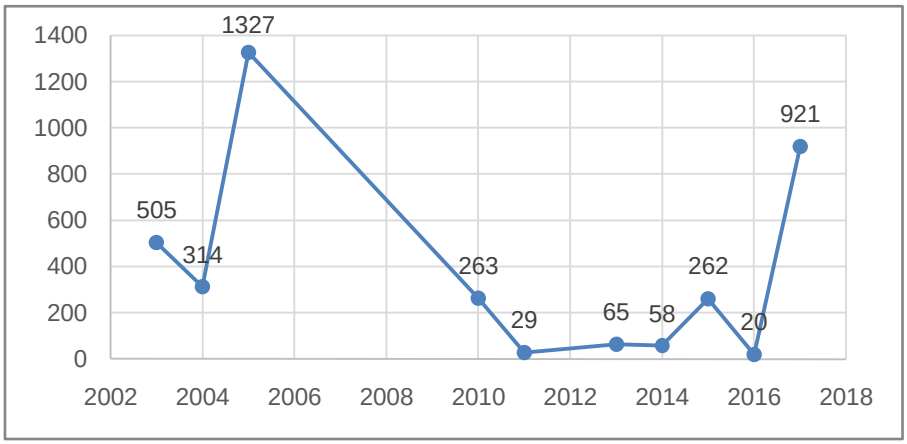
© 2025 Global Journals

do ensino médio promovidas nos anos de 1990 e em 2017, correlacionando-as com outros temas, quais sejam: reforma de 1971; contexto da acumulação flexível; discussão em torno da medida provisória nº 746/2016; acesso à educação superior; políticas educacionais de regulação estatal no contexto da mercantilização da educação básica e superior nacional e transnacional; processos de expansão e acesso à educação superior no Brasil, seus limites e possibilidades; tendências das desigualdades; análise do octênio da gestão FHC; e, massificação sem democratização do acesso à educação superior.

Analisando suas publicações, identificamos edições especiais que abordam temáticas que dialogam diretamente com nosso objeto, o que explica o volume de artigos em um único periódico. Nesse sentido, destacamos a edição especial de 2005 intitulada, *Políticas Públicas de Regulação: Problemas e Perspectivas da Educação Básica*, na qual foram publicados três artigos que compõem essa revisão[7]. Destacamos também a edição de 2017 com título *Ensino Médio: Antigas e Novas Polêmicas*, incluindo dossiê sobre a *Centralidade do Ensino Médio no contexto da Nova "Ordem e Progresso"*; nessa edição foram publicados quatro artigos da revisão[8]. Assim, temos sete artigos publicados em número especial/ dossiê, confirmando a emergência das pesquisas envolvendo as políticas educacionais em 2005 e da reforma do ensino médio em 2017.

Para compreender o impacto da produção da zona central ao longo do tempo, elaboramos um gráfico das citações recebidos pelos artigos por ano de publicação (Gráfico 4). A elaboração do gráfico com os artigos da zona central a partir dos mais citados possibilitou a compreensão da relação entre o objeto dos artigos e seu impacto ao longo do tempo no contexto da produção acadêmica e sua provável repercussão em outras pesquisas.

Nesse sentido, destacam-se as produções de 2005, que abordam a regulação educacional, o papel do Estado na regulação e as reformas do ensino médio dos anos de 1990, como sendo as de maior impacto; seguidas dos artigos de 2010 e de 2017, cujo objeto diz respeito ao acesso à educação superior e a reforma do ensino médio trazida pela Lei Nº 13.415.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4: Impacto temporal da produção

Assim como ocorreu no núcleo central, a análise da zona periférica 2 evidencia a existência de um único periódico, a Revista de Avaliação da Educação Superior, com 21,4% do número total de artigos e 15% das citações totais, abordando de modo especial as políticas de educação superior no Brasil e em Portugal, à questão da democratização e da equidade, os cenários e as leituras da primeira década do século XXI e a regulação no âmbito dessas políticas.

Criado em 1996, o periódico é publicado pela Rede Brasileira de Avaliação Institucional do Ensino Superior, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade de Sorocaba (Uniso). Dentre as prioridades de suas publicações da revista estão os artigos que abordam temas relacionados à avaliação institucional da educação superior, às tendências e perspectivas da educação superior e às políticas de ciência e tecnologia. Além

[7] Apresentamos títulos e autoria dos artigos dessa edição especial: O Estado, a educação e regulação das políticas, de João Barroso; Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? De Nora R. Krawczyck; e, refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990, de Dagmar M. I. Zibas.

[8] São artigos que compõe a edição supracitada: Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017), de autoria de Vânia C. da Motta e Gaudêncio Frigotto; Ensino Médio: atalho para o passado, de Luiz Antônio Cunha; A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova Ordem e Progresso, de Eliza B. Ferreira; e Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível, de Acácia Zeneida Kuenzer.

© 2025 Global Journals

disso, possui Qualis-Capes A1 e fator de impacto igual 0.2061 no ano base 2019, tendo como parâmetro os últimos três anos, conforme informações coletadas no sítio do periódico.

Diferentemente do núcleo central e da zona periférica 2, que possuíam apenas um periódico, na zona periférica 3 encontramos cinco periódicos de diferentes países, quais sejam, *Higher Education, Actualidades Investigativas en Educación* e *Race Ethnicity and Education.*

O periódico alemão *Higher Education*, criado em 1972 e ligado ao grupo *Springer Nature*[7], se interessa pelos desenvolvimentos educacionais em todo o mundo em universidades, institutos politécnicos, faculdades e instituições de educação superior (em geral públicas e privadas), as contribuições no campo da ciência vêm de pesquisadores de diferentes países e seus objetos abordam os problemas envolvendo professores, administradores e planejadores desse nível de ensino. Possui fator impacto igual a 2.856 (em 2019).

Criado em 2001, o periódico *Actualidades Investigativas en Educación*[8] visa instituir um espaço para análise, discussão e reflexão na educação, disseminando pesquisas de especialistas do campo e suas contribuições, sem, contudo, priorizar produções sobre políticas educacionais. Trata-se de um periódico do Instituto de Investigação em Educação (INIE) da Universidade da Costa Rica. Possui Qualis-Capes B1 (triênio 2013-2016).

O periódico inglês *Race Ethnicity and Education*[9], fundado em 1998, se interessa por pesquisas que abordam racismo, desigualdade racial na educação, políticas educacionais e interconexões entre raça, etnia e múltiplas formas de opressão, incluindo classe, gênero, sexualidade e deficiência. Apresenta-se como principal revista revisada por pares sobre a dinâmica da raça, racismo e etnia na política e teoria e prática educacional. É apoiada pelo AERA *Critical Examination of Race, Ethnicity*, *Class and Gender in Education Special Interest Group* e o Grupo de Interesse Especial de Etnia e Educação. Seu fator impacto é igual a 1.807 em 2019, de acordo com dados disponibilizados eu seu sítio eletrônico.

A Revista Brasileira de Educação data de 1995, trata-se de uma publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que tem a missão de publicar artigos acadêmicos e científicos, ao mesmo tempo em que está voltada para melhorar o intercâmbio acadêmico dentro de um cenário nacional e internacional, sua área de interesse principal é: a educação básica (ensino fundamental e médio), a educação superior, as políticas educacionais e os movimentos sociais na sua relação com e educação. Possui Qualis-Capes A1 (triênio 2013-2016) e fator de impacto é igual a 0.3317 (triênio 2017-2019).

Fundada em 2003, a Revista Lusófona de Educação[10] tem como objetivos prioritários a publicação de trabalhos científicos na área das Ciências de Educação e o intercâmbio com outras publicações científicas da mesma área ou áreas afins. Trata-se de uma publicação científica do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED) do Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Possui Qualis-Capes A1 (triênio 2013-2016).

A análise do escopo dos periódicos evidencia que quatro têm as políticas educacionais dentre os objetos centrais (Educação e Sociedade; Avaliação da Educação Superior; *Race Ethnicity and Education* e Revista Brasileira de Educação), enquanto três têm escopo mais abrangente (*Higher Education*, *Actualidades Investigativas en Educación* e Revista Lusófona de Educação).Assim, fica evidenciada a relação que estabelecem com o objetivo desse estudo, que se insere no campo das políticas educacionais brasileiras.

VII. Considerações Finais

As análises que empreendemos buscaram seguir o rigor que os procedimentos que escolhemos exigiram, implicando na sistematização dos resultados e construções analíticas que visaram guardar coerência e consistência com as escolhas metodológicas que percorrem a totalidade do estudo.

A partir das análises bibliométricas, especialmente tendo em vista os indicadores de produção e de citação, apontamos a distribuição temporal dos artigos mapeados e o impacto temporal da produção. Identificamos, ainda, os periódicos mais devotados ao nosso objeto.

Observamos que a produção acadêmica se concentra entre os anos de 2003 e 2017, sendo crescente no tocante a quantidade de artigos, tendo como trabalhos de maior impacto as publicações do primeiro triênio do período (2003-2005).

Identificamos que o periódico Educação e Sociedade encontra-se no núcleo central da classificação efetuada segundo preceitos da lei da dispersão do conhecimento científico, seguido da Revista Avaliação da Educação Superior, que está na zona periférica 2, e dos periódicos *Higher Education, Actualidades Investigativas en Educación*, *Race Ethnicity*

[9] A empresa resulta da fusão de duas editoras alemãs privadas (Springer Science, Business Media e Macmillan Science and Education, segundo informações do próprio sítio eletrônico.

[10] No sítio eletrônico do periódico não há informação referente ao seu fator de impacto.

[11] No sítio eletrônico da plataforma Sucupira não foi encontrado o Qualis-Capes do periódico.

[12] No sítio eletrônico do periódico não há informação referente ao seu fator de impacto.

© 2025 Global Journals

and Education, Revista Brasileira de Educação e Revista Lusófona de Educação.

Outrossim, os procedimentos empregados neste mapeamento possibilitaram a aproximação com importantes pesquisas que dialogam com a regulação estatal, com as políticas que reformaram o ensino médio e a educação superior, indicando como tem se constituído o debate no campo científico referente a esse objeto. Os autores dos trabalhos analisados analisam a realidade de forma crítica, defendendo um acesso democrático à educação (básica e superior). Acesso que desconstrua a dualidade histórica da educação brasileira que tem preparado os brasileiros para a inserção social tendo em vista um recorte classista onde a profissionalização é direcionada aos que historicamente são marginalizados do acesso ao nível mais elevado de ensino enquanto os mais ricos têm acesso à educação superior.

As análises bibliométricas possibilitaram, em última instância, a constatação de que, observado o universo investigado, evidencia-se a necessidade premente de publicações no campo das políticas educacionais acerca da forma como o Estado brasileiro tem regulado o acesso à educação superior especialmente no que se refere aos indicadores de acesso dos grupos historicamente excluídos aos níveis mais elevados de educação.

References Références Referencias

1. ALMEIDA, L.; MARINHO, A.; AMARAL, D. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação,* Campinas; Sorocaba, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.
2. ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão,* Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.
3. BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015.
4. BARROSO, J. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.
5. BRADFORD, S. C. Sources of information on scientific subjects. *Engineering.* 137: 85-6, jan. 1934.
6. BRAGA, M. G. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. *Ciência da Informação.,* Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 155-177, 1974.
7. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jul. 2020.
8. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 23/12/1996, Pág. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.
9. BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; Lei do Fundeb. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n° 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n°s 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 21/6/2007, Página 7 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11494-20-junho-2007-555612-norma-pl.html. Acesso em: 7 jun. 2019.
10. BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 30/8/2012, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-pl.html. Acesso em: 7 jun. 2019.
11. BRASIL. Lei nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017. Lei do Novo Ensino Médio. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União* - Seção 1 -17/2/2017, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html. Acesso em: 14 mar. 2021.
12. BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

© 2025 Global Journals

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 18/4/1997, Página 7760 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-norma-pe.html. Acesso em: 14 mar. 2021.

13. BRASIL. *MP nº 746, de 22 de setembro de 2016.* Diário Oficial da União. Publicado em23/09/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 14 mar. 2021.
14. CHIROLEU, A. Expanding opportunities in higher education or democratization? Four experiences in Latin America. *Actualidades Investigativas en Educación,* p. 1-24, 2013.
15. CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. de A.; SILVA, H. M. da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. *Avaliação,* Campinas, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015.
16. CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun. 2017.
17. CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.
18. FERREIRA, E. B. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun. 2017.
19. GARFIELD, E. The impact factor. *Current Coments,* v. 20, n. 25, p. 3-8, jun. 1994.
20. GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J. *An introduction to systematic reviews.* 2 ed. London: Sage, 2017.
21. HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the Unites States of America,* v. 102, n. 46, p. 16569-16572, 2005.
22. HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares, Estado e regulação. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010.
23. JEZINE, E; JACOB CHAVES, V. L.; CABRITO, B. G. O acesso ao ensino superior no contexto da globalização: Os casos do Brasil e de Portugal. *Revista Lusófona de Educação,* Lisboa, Portugal, n. 18, pp. 57-79, 2011.
24. KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação,* Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008.
25. KRAWCZYK, N. R. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 26, n. 92, p. 799-819, out. 2005.
26. KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.
27. LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação,* Campinas, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.
28. LOBO, C. G. A.; XIMENES, J. M. Construção da Gestão do Conhecimento no FNDE-um processo. *Cadernos do FNDE,* v. 1, n. 1, p. 9-26, 2020.
29. MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação,* Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-40, maio/ago. 1998.
30. MARTINS SILVA, M. G.; VELOSO, T. C. M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. *Avaliação,* Campinas, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013.
31. MCCOWAN, T. Expansion without equity: an analysis of current policy on access to higher education in Brazil. *Higher Education,* p. 579–598, 2004.
32. MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.* São Paulo: Atlas, 2008.
33. MONT'ALVÃO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 35, n. 127, p. 417-441, abr./jun. 2014.
34. MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.
35. MUHR, T. Equity of access to higher education in the context of South–South cooperation in Latin America: a pluriscalar analysis. *Higher Education,* p. 557–571, 2016.
36. NOSELLA, P. Ensino médio: unitário ou multiforme? *Revista Brasileira de Educação,* v. 20 n. 60, jan./mar. 2015.
37. OLIVEIRA, E. F. T. de. *Estudos métricos da informação no Brasil:* indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.
38. OTLET, P. (1868–1944). *Tratado de documentação:* o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018.
39. PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação,* Campinas, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.
40. PINA, K. V. Massificar sem democratizar: o excesso que oprime. *Educação & Sociedade,* v.39, n.142, jan./mar. 2017.

© 2025 Global Journals

41. PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004.
42. POCHMAN, M.; FERREIRA, E. B. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1267, out./dez. 2016.
43. PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation,* n. 25, p. 348-9, 1969.
44. SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Pesquisa Brasileira de Ciência da Informação,* Brasília, v. 2, n. 1, p. 155-172, jan./dez. 2009.
45. SAVIANI, D. *A nova lei da educação:* trajetória, limites e perspectivas. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
46. SGUISSARDI, V. Regulação estatal versus cultura de endosso institucional? *Avaliação,* Campinas, v. 13, n. 3, p. 857-862, nov. 2008.
47. SGUISSARDI, V. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. *Educação & Sociedade,* v. 34, p. 943-960, 2013.
48. SILVA JUNIOR, J. R.; LUCENA, C.; FERREIRA, L. R. As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 32, n. 116, p. 839-856, jul./set. 2011.
49. SOBRINHO, J. D. Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação,* Campinas, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013.
50. VALENTE, R. R. The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil. *Race Ethnicity and Education,* P. 851-864, 2017.
51. ZIBAS, D. M. L. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 26, n. 92, p. 1067-1086, out. 2005.

© 2025 Global Journals